COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 2607/2023

ESTABELECE O **DIREITO** À PRESENÇA DE UM INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS, PARA ACOMPANHAR AS CONSULTAS DE PRÉ NATAL, TRABALHO \mathbf{DE} **PARTO** \mathbf{E} CONSULTAS NO PUERPÉRIO, DAS GESTANTES, **PARTURIENTES** DEFICIÊNCIA PUÉRPERAS COM AUDITIVA.

Art. 1º - É direito da gestante com deficiência auditiva fazer-se acompanhar por intérprete de língua brasileira de sinais-libras, durante o parto, nas internações relacionadas à gravidez.

Parágrafo único. O direito a que se refere o caput não exclui o direito a acompanhante familiar.

Art. 2º - O município de saúde deve providenciar nos postos que realizarem pré-natal de pacientes deficientes auditivos e treinamento de pessoal para conhecimentos básicos de libras a fim de permitirem um melhor atendimento aos usuários que assim necessitem.

Art. 3º - O hospital, a maternidade ou a casa de parto poderá disponibilizar intérprete de LIBRAS para o atendimento das gestantes, parturientes e puérperas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de fevereiro de 2024.

FRED PROCÓPIO

PRESIDENTE

OCTAVIO SAMPAIO VICE-PRESIDENTE DOMINGOS PROTETOR VOGAL DR. MAURO PERALTA VOGAL GIL MAGNO VOGAL